

AGRICULTURA

Perspectivas da oferta de grãos e intenções de plantio para a safra de verão 1996/97

*Miriam Jardim Kuhn**

Há expectativas de que a safra nacional de verão 1996/97 repita os 80 milhões de toneladas colhidas na safra 1994/95. Caso não ocorram problemas climáticos e os recursos para custeio cheguem a tempo, a agricultura poderá ter um ganho adicional em relação ao ano passado, considerando-se a recuperação dos preços agrícolas.

Efetivamente, os preços mundiais mudaram de patamar e alteraram as referências para o setor agrícola nacional, com uma alta sensível no último ano, em nível mundial. No mercado interno, os fatores que determinaram essa alta foram uma queda na produção, resultado de uma forte estiagem no Rio Grande do Sul, e o baixo nível de estoques.

Neste texto, pretende-se abordar alguns pontos relativos ao financiamento do custeio da agricultura do Plano de Safra 1996/97. Após a exposição das principais medidas do Plano, tratar-se-á das intenções de plantio, considerando-se que, apesar de boa parte dos recursos já terem sido liberados pela União, poucos agricultores puderam usá-los, devido à burocracia que a grande maioria dos pequenos produtores rurais enfrenta para a obtenção de crédito. Em seguida, analisar-se-ão o comportamento dos preços e o desenvolvimento do plantio das principais lavouras de verão no Rio Grande do Sul e, por fim, a comercialização da safra gaúcha de inverno.

* Economista, Técnica da FEE.

A nova política agrícola e as intenções de plantio

Preocupado com a queda da safra agrícola de 1995/96 para 73 milhões de toneladas, o Governo lançou uma política sob criteriosa observação na busca de restituir a capacidade de resposta do setor, anunciando o plano para a safra bem mais cedo do que vinha fazendo normalmente e, assim, dando mais tempo ao agricultor para se planejar. As medidas anunciadas compreendem um aumento de recursos financeiros de R\$ 3,5 bilhões em 1996, taxas de juros mais baixas, isto é, de 16% para 12% ao ano, e a continuação da diferenciação nos preços mínimos por região, com reajustes de 5% a 11% para as principais culturas.

Como os agricultores se encontravam endividados, o Governo retomou a questão do alongamento de suas dívidas, alocando no setor R\$ 7 bilhões, oriundos da emissão de títulos públicos. Apesar de a renegociação não resolver os problemas de muitos produtores, a medida garantiu a capacidade de produção para a grande maioria, habilitando-os a novos empréstimos. Ainda nesse contexto, o Ministro da Agricultura, Arlindo Porto, anunciou novas medidas para equacionar as dívidas dos grandes devedores, ficando estabelecido que os produtores poderão renegociar seus débitos em limites mais amplos do que os R\$ 200 mil iniciais. Tal limite havia deixado de fora uma minoria de produtores que tinha débitos atrasados bastante superiores a esse valor. Apesar de ainda não ter definido o novo patamar, o Ministro garantiu que o limite não será inferior a R\$ 300 mil.

Mas, mesmo renegociando suas dívidas junto aos bancos, os produtores não ficaram livres de seus problemas, pois houve demora no repasse do crédito para o custeio da safra de verão, o que ocasionou várias manifestações públicas de descontentamento.

Ocorre que o Banco do Brasil (BB), empenhado em apresentar balanços melhores, tornou-se mais seletivo na escolha dos processos de financiamento, e as rigorosas exigências feitas, até mesmo aos agricultores já securitizados, vêm criando sérias dificuldades para a liberação de recursos para o custeio da safra.

Aparentemente, a intenção governamental seria alocar maiores recursos para a agricultura, visto que, em 1995 (de julho a outubro), o Banco do Brasil havia destinado ao custeio agrícola R\$ 1,99 bilhão, e, na safra de 1996, o montante autorizado chegou a R\$ 2,20 bilhões no mesmo período. Entretanto, efetivamente, só R\$ 500 milhões foram repassados e apenas nos primeiros dias de novembro, época de maior necessidade de recursos ao plantio. É

preciso considerar, ainda, que esses R\$ 2,20 bilhões incluem R\$ 150 milhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), uma das novidades anunciadas com grande alarde pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

No âmbito do Pronaf, os produtores devem pagar juros de 9% ao ano, sem correção. A taxa oficial para os demais empréstimos de custeio é de 12%, quatro pontos menor que a de 1995.

O Pronaf, específico para os pequenos produtores, tornou finalmente possível estender a política agrícola para agricultores e criadores até então não contemplados. Dos 350 municípios considerados prioritários para a implantação do Programa, 20 são gaúchos. O Pronaf deverá beneficiar, no Rio Grande do Sul, 65 mil agricultores, responsáveis pela produção em 150 mil hectares. Constituído de municípios em geral bem organizados e com pequenos produtores participantes, o Estado deverá funcionar inicialmente como um modelo. Porém o que pôde ser observado até o momento no repasse dos recursos dessa linha de financiamento é um descompasso entre a política anunciada pelo Governo e a execução das operações de crédito. Ora desentendem-se o BB e o Ministério da Fazenda sobre qual será a participação do Tesouro na equalização de juros dos empréstimos (diferença entre o custo de captação do dinheiro e a taxa efetiva do empréstimo ao produtor), ora o Ministério da Agricultura protesta contra o que considera altas taxas cobradas pelo Banco para o repasse do crédito aos pequenos tomadores.

Outra medida do Governo com a finalidade de gerar uma receita adicional para o setor — reconhecendo que a tão esperada reforma tributária poderá vir a se arrastar por muitos meses no Congresso — foi a aprovação do fim do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre as exportações de produtos primários. Segundo a medida, todos os produtos agrícolas exportados *in natura* ou processados deixarão de pagar o ICMS, que, no caso dos grãos, chegava a onerar em 13% as exportações do complexo soja. Uma outra parte da isenção incidirá sobre os ativos importados, como as máquinas, que anteriormente, quando havia similar nacional, pagavam o ICMS. Esse benefício reduzirá o custo para o produtor quando da aquisição de máquinas, desonerando os investimentos em tratores e colheitadeiras importadas e permitindo ao setor atualizar-se para competir. Estima-se que os reflexos deverão ser sentidos no aumento da competitividade das exportações brasileiras e, conseqüentemente, na ampliação do nível de atividade da agricultura. Se antes a indústria pagava 13% de ICMS para exportar a soja em grão, reduzindo o valor do produto pago ao produtor, agora se espera que esse mesmo percentual retorne ao bolso de quem planta.

Além da menor intervenção governamental, que será tratada a seguir, na parte referente aos estoques públicos, a nova política agrícola conta com o reforço das medidas para reduzir o Custo Brasil, como foi o caso do fim do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado nas operações de financiamento à comercialização de produtos agrícolas.

Em que pese às dificuldades relatadas que retardaram o fluxo da atividade rural, as condições de clima foram favoráveis (com chuvas generalizadas), beneficiando algumas áreas que ainda estavam com seus índices de água abaixo do normal, permitindo o preparo do solo para as culturas de verão.

Estoques públicos

A oferta dos estoques públicos em maio de 1995 chegou a 18 milhões de toneladas e repercutiu em forte pressão baixista sobre o mercado interno. Para a safra 1996/97, a expectativa é de que os estoques públicos estejam realmente baixos e não representem uma ameaça aos produtores. Segundo a posição da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em setembro, o Governo Federal tinha 8,2 milhões de toneladas de grãos estocados em Empréstimos do Governo Federal (EGF) e em Aquisições do Governo Federal (AGF). Quanto ao estoque final estar, ou não, em níveis baixos, a dúvida existente relaciona-se ao suprimento interno, em função da pressão de preços e da manutenção do programa de contenção da inflação.

Até há pouco tempo, o Governo tinha atuação decisiva na administração do suprimento interno de alimentos básicos: formava estoques, tabelava preços e importava. Hoje, o direcionamento da Conab com relação à política agrícola baseia-se no conceito de livre concorrência e no fortalecimento da iniciativa privada. Em suma, é outro tipo de atuação, que busca a melhoria da infra-estrutura de comercialização, de beneficiamento e de armazenagem dentre outros fatores que interferem no comércio e no Custo Brasil, como carga tributária e condições de financiamento. O objetivo é participar menos da comercialização, deixando mais espaço à formação de estoques pelo setor privado. Os leilões de prêmios de escoamento do produto, no caso do trigo, são um exemplo do novo tipo de participação pretendida pelo Governo. Isso deverá dar sustentação aos preços, permitindo aos produtores, ao mesmo tempo, disporem de uma garantia comercial para negociar crédito. Além disso,

o Ministro da Agricultura anunciou a disposição de recompor o estoque oficial de grãos, menor que o de anos anteriores, mas suficiente para possibilitar intervenções no mercado.

Outra mudança nas medidas adotadas que repercutiu nas intenções de plantio foi a vinculação entre o zoneamento e o seguro agrícola, melhorando a política do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). A vantagem não está só na redução do custo para o produtor, mas, também, no benefício da racionalização do sistema, com a definição de critérios técnicos mais estritos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O seguro deixa de ser uma proteção para o agricultor desinformado para se transformar numa melhoria tecnológica. Se tudo funcionar como foi planejado, o benefício será difundido entre o produtor, o Governo, o sistema financeiro e o consumidor.

De acordo com as novas tendências da política agrícola brasileira, os agricultores deverão ser estimulados a tirar o máximo possível de produtividade de suas áreas.

O comportamento dos preços e o cultivo dos principais produtos

Há um ano, os produtores vêm se recuperando ao receberem preços superiores à inflação, o que pode ser um estímulo para o bom desempenho da produção. Ao analisar-se, na Tabela 1, a variação dos preços médios recebidos dos principais produtos — arroz, milho, soja e feijão —, constata-se que houve, no período out./95-out./96, um sensível aumento de preços em cada produto, à exceção do feijão, se esses preços forem comparados à variação do Índice Geral de Preços (IGP-DI). A soja e o milho mostram-se com as maiores vantagens. Tal situação pode ser melhor visualizada na Tabela 2, onde se analisam os comportamentos do Índice de Preços Pagos pelos Agricultores (IPP-RS) e do Índice de Preços Recebidos (IPR-RS). Saliente-se que a variação dos índices no período transcorrido entre out./95 e ago./96 vem mostrando uma recuperação para a agricultura, pois os preços recebidos pelos produtores são maiores que os preços pagos. A variação acumulada desses índices, de outubro de 1995 a agosto de 1996, foi de 10,89% no primeiro contra 17,41% no segundo, o que revela uma relação de troca favorável para o

produtor. Por sua vez, os preços pagos pelos produtores apresentaram uma evolução muito similar à observada no caso do IGP-DI, demonstrando uma influência maior dos preços pagos pelos produtores sobre as taxas gerais da inflação nesse período (deve-se considerar que os preços recebidos pelos produtores sofreram uma queda significativa na safra anterior). Esse acréscimo acima dos principais índices de preços significa que os preços agrícolas para o produtor vêm recuperando a participação perdida durante o ano passado no conjunto dos preços relativos.

Portanto, o aumento dos preços dos principais produtos e o maior volume de capital destinado para financiamentos contribuíram para o crescimento das vendas de fertilizantes.¹ Esse quadro, associado à maior utilização de insumos, transformou-se numa expectativa de acréscimo da área plantada ou de aumento do rendimento físico das culturas.

Tabela 1

Preços médios recebidos pelos agricultores do Rio Grande do Sul — ago.-out./95 e ago.-out./96

PRODUTOS	VARIAÇÃO		
	AGO-OUT/95 (A)	AGO-OUT/96 (B)	% (B/A)
Arroz (50kg)	10,21	11,21	9,79
Milho (60kg)	6,40	8,70	35,94
Soja (60kg)	10,32	15,49	50,10
Feijão (60kg)	28,56	26,38	-7,63
IGP-DI	121 499	(1)132 764	9,27

FONTE: EMATER.

CONJUNTURA ECONÔMICA (1996). Rio de Janeiro: FGV, v.50, n.10, out.

(1) Informações até set./96.

¹ A Ultrafertil, segunda maior produtora nacional de fertilizantes, conforme dados da revista **Balanco Anual** (1995/96), está prevendo um aumento da demanda de seus produtos entre 7% e 10% para este ano.

Tabela 2

Evolução da variação acumulada dos Índices de Preços Recebidos
e dos Pagos pelos Produtores do Rio Grande do Sul
e do IGP-DI — out.-95/ago.-96

DISCRIMINAÇÃO	IPR/RS	IPP/RS	IGP-DI
Out./95	-	-	-
Nov./95	2,20	1,12	1,33
Dez./95	5,50	1,99	1,61
Jan./96	8,54	3,14	3,43
Fev./96	6,94	3,78	4,22
Mar./96	4,77	4,62	4,44
Abr./96	6,84	5,66	5,17
Mai./96	13,24	7,64	6,94
Jun./96	16,10	8,96	8,25
Jul./96	15,96	9,69	9,43
Ago./96	17,41	10,89	9,43

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (1996). Rio de Janeiro: FGV, v.50, n.10.

Especificamente no caso do arroz, é diferente. Há alguns anos, o mercado vem sendo acompanhado por safras cheias, com preços internacionais favoráveis às importações e condições de financiamento muito facilitadas para as compras externas. Mesmo assim, para os produtores, a situação em 1996 agravou-se, face à baixa rentabilidade econômica, à difícil questão do endividamento e à demora do repasse financeiro. Acrescente-se, ainda, a inexistência de recursos oficiais para estocagem (Empréstimos do Governo Federal com opção de venda (EGF-COV)), o que não garantiu um melhor resultado do mercado. Na primeira estimativa do IBGE, de outubro (Tabela 3), confirmam-se as previsões dos especialistas do setor: haverá, de fato, uma redução na área de plantio, ficando próxima de 30 mil hectares. A diferença para menor em relação à safra anterior poderá ficar em 4,44% .

Tabela 3

Previsão da área plantada das culturas de verão e variação percentual
em relação ao ano anterior — out./95 e out./96

PRODUTOS	ÁREA PLANTADA (ha)		VARIAÇÃO %
	Out./95	Out./96	
Arroz	832 062	795 059	-4,45
Feijão	179 444	141 765	-21,00
Milho	1 834 263	1 756 514	-4,24
Soja	2 885 762	2 865 361	-0,71
TOTAL	5 731 531	5 558 699	-3,02

FONTE: IBGE.

Para os produtores de soja, apesar de descapitalizados e com as dificuldades de acesso ao crédito, a situação é mais confortável. Podem negociar a safra antecipadamente com a venda da soja verde, dispõem de adiantamentos de indústrias esmagadoras e de fornecedores de insumos, os quais têm acesso a recursos externos por meio da Resolução nº 63, a chamada “63 Caipira”. Esse dinheiro, porém, ainda é caro, pelo menos no Banco do Brasil, que está cobrando correção cambial mais 15% ao ano. Na primeira estimativa do IBGE para a safra 1996/97 (Levant. Sist. Prod. Agric., 1996) em outubro deste ano, a área plantada de 2,9 milhões de hectares foi 0,70% menor comparativamente à de 1995/96. Mesmo com os preços altos, o aumento da área não foi suficiente para recuperar o decréscimo ocorrido na safra passada, em função da estiagem na época da semeadura.

A lavoura de milho do Rio Grande do Sul deverá apresentar uma redução de área na safra 1996/97. Os produtores, ao adotarem com mais intensidade a rotação de culturas e ao ampliarem a área com soja na próxima temporada, deixarão menos espaço para o milho em cinco das nove regiões produtoras do Estado. A justificativa para essa redução é a de que, mesmo que o milho renda mais na colheita, com a queda do ICMS nas exportações da soja, se torna atraente cultivar a oleaginosa; encontrando-se descapitalizados, com perdas provocadas pela estiagem no ano anterior e precisando de recursos, a alternativa foi a opção pela soja. Por outro lado, essa mudança no perfil do cultivo provocou um desânimo nos produtores gaúchos, que precisam do milho principalmente para alimentar

os animais. Segundo a primeira estimativa do IBGE, a área do milho deverá ficar em 1,8 milhão de hectares, ou seja, 4,23% menor que a da safra anterior. De qualquer forma, tanto para o milho quanto para a soja, esperam-se alterações nas próximas informações, pois os recursos que serão liberados para custeio da safra serão importantes nessa definição.

A safra de inverno: a comercialização

A safra nacional de trigo, neste ano, deverá atingir, segundo estimativas do IBGE, 3,14 milhões de toneladas, isto é, será cerca de 100% superior à safra passada, que ficou em 1,53 milhão de toneladas. Estima-se que a área plantada com trigo tenha crescido 70%, com a produtividade média podendo chegar a um aumento de 13%.

Por sua vez, o Rio Grande do Sul deverá colher, nesta safra, segundo informações do IBGE de outubro, em torno de 1,01 milhão de toneladas, quase 200% acima da safra de 1994/95, que ficou em 336 mil toneladas. A área cultivada passará de 270 mil para 583 mil hectares, portanto, um crescimento de 116%, e a colheita deverá ser favorecida pelo clima, pois as chuvas ocorreram de forma regular.

Depois de seis safras reduzidas em função da reversão da política tritícola nacional, os produtores contaram, neste ano, com um cenário favorável. O Governo voltou a incentivar o plantio com mais recursos, tendo em vista a queda dos preços da safra de verão em 1995 e a quebra da safra anterior, com a conseqüente diminuição de receita. Os produtores tinham, igualmente, a perspectiva de plantar um maior volume do cereal, em razão das elevadas cotações no mercado internacional. Essas condições, aparentemente propícias aos produtores, esbarraram, no momento seguinte, numa situação que reverteu esse quadro favorável, a partir de um mercado internacional com maior volume do cereal, de um consumo em queda e de generosos subsídios governamentais ao setor nos grandes países produtores. Para piorar a situação, a Argentina aumentou a produção e oferece ao Brasil cereal e farinha a preços mais vantajosos. Isso tudo expõe o fragilizado triticultor brasileiro novamente a uma provável redução de área em 1997.

O efeito da grande oferta do país vizinho projetou preços de, no máximo, US\$ 170,00/t na entrada da safra, quando se esperava para a nova produção brasileira remuneração em torno de US\$ 220,00/t. Essa ocorrência paralisou a comercialização em todo o País. As indústrias preferem comprar o produto na Argentina a um preço inferior e com condições de pagamento melhores que as praticadas no

Brasil. Com essa perspectiva, o Governo resolveu intervir no mercado de trigo, recorrendo a operações subsidiadas pelo Tesouro Nacional através de um bônus chamado de Prêmio de Escoamento do Produto (PEP), mecanismo por meio do qual o Governo paga a diferença entre a cotação de mercado e o preço mínimo, que, no caso do trigo, é de R\$ 157 a tonelada.

A idéia do Governo é realizar leilões dos PEPs, e, quanto mais disputado for um leilão, menor será o prêmio. A indústria que arrematar um PEP se dirige a um produtor e, juntos, vão até um banco, para que o agricultor formalize uma operação de AGF simplificadas. O banco paga o preço mínimo, e o moinho de trigo deposita, no ato, o preço de mercado.

Esse sistema, bem agilizado, é melhor para o Governo, que não precisará carregar estoques e correr o risco de que essa mercadoria se deteriore ou que seja desviada. A Companhia Nacional de Abastecimento vem divulgando os editais e as regras dos primeiros leilões, que, por sua vez, não terão uma frequência pré-determinada, mas deverão ocorrer de acordo com o comportamento dos preços.

Assim, as preocupações do setor estão dirigidas à montagem do quadro de suprimento interno de trigo em 1997. Pelas estimativas da Associação Brasileira das Indústrias de Trigo (Abitrigo), a necessidade de importação para o próximo ano somará seis milhões de toneladas, para fazer frente a um consumo doméstico de 8,5 milhões de toneladas. Já as estimativas do Governo são de compras externas entre cinco milhões e 5,5 milhões de toneladas. De qualquer forma, o Brasil consolidará sua posição como segundo maior importador mundial de trigo, perdendo lugar apenas para a China.

Bibliografia

- BALANÇO ANUAL (1995/96). São Paulo : Gazeta Mercantil, v.19.
- EUFORIA da soja muda o mapa de cultivo (1996). **Zero Hora**, Porto Alegre, RBS, p.4, 11 out.
- FIM do imposto incentiva o plantio (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-17, 16 set.
- GOVERNO vai apoiar compra de trigo (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-16, 17 out.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1996). Porto Alegre : GCEA/ IBGE, out.